

A criança e o direito à memória

- El niño y el derecho a la memoria
- The child and right to memory

Cleber Santos Vieira¹

Resumo: Histórias de ditaduras e lutas de resistências devem ser contadas às crianças? Como escrevê-las? Difundi-las por quais objetos culturais? Qual o lugar que estas histórias ocupam no currículo escolar? Perscrutando tais indagações, este artigo examina textos literários, cartilhas, histórias em quadrinhos e outros objetos destinados ao público-leitor infanto-juvenil e que contribuem com a formação em direitos humanos. Valendo-se de instrumentos teórico-metodológicos da história cultural e da história do livro, analisa esses bens culturais em diferentes espaços nacionais, notadamente a experiência da recente história brasileira. Discute o tema da educação em direitos humanos problematizando a questão de como diferentes comunidades políticas inseriram os temas ditaduras e lutas de resistência nos processos educacionais de seus respectivos países. Apresenta a história da ditadura militar brasileira e das graves violações dos direitos humanos praticadas no período como conteúdos necessários para formar crianças na perspectiva da construção de culturas políticas democráticas.

Palavras-chave: Ditadura militar. Literatura infanto-juvenil. Educação em Direitos Humanos. Ensino de História.

Resumen: Las historias de las dictaduras y las luchas de resistencia se les debe decir a los niños? Cómo escribirlos? Difundirlos por que los bienes culturales? ¿Qué lugar estas historias tienen el plan de estudios? Asomándose a estas preguntas, este artículo examina los textos literarios, folletos, cómics y otros objetos destinados a niños y jóvenes-jugador y contribuyen a la formación en derechos humanos. Sobre la base de las herramientas teóricas y metodológicas de la historia cultural y la historia del libro analiza estos bienes

1 Professor da Universidade Federal de São Paulo. clebersvieira@yahoo.com.br

culturales en diferentes naciones, especialmente la experiencia de la historia reciente de Brasil. Discute el tema de la enseñanza de los derechos humanos en tela de juicio la cuestión de cómo diferentes comunidades políticas insertan los temas dictaduras y las luchas de resistencia en los procesos educativos de sus respectivos países. Presenta la historia de la dictadura militar brasileña y violaciones graves de derechos humanos cometidas en el período como contenido necesario para formar los niños en la perspectiva de la construcción de culturas políticas democráticas..

Palabras clave: Dictadura Militar. La Literatura Infantil. Educación en Derechos Humanos. Enseñanza de la Historia. .

Abstract: Must histories of dictatorships and struggles of resistances be told to the children? How to write them? Disseminate them by which cultural objects? What place do these histories hold in the school curriculum? Peering such questions, this article examines literary texts, booklets, comic books and other objects intended for children and youth-player and contribute to human rights training. Drawing on theoretical and methodological tools of cultural history and the history of the book analyzes these cultural assets in different national areas, especially the experience of recent Brazilian history. Discusses the topic of human rights education in questioning the question of how different political communities inserted the dictatorships themes and resistance struggles in the educational processes of their respective countries. It presents the history of the Brazilian military dictatorship and serious human rights violations committed in the period as necessary content to form children in the perspective of building democratic political cultures.

Keywords: Military Dictatorship. Children's Literature. Human Rights Education. History Teaching.

Introdução

As considerações de Miguel Arroyo sobre o fim da idealização da vida social das crianças são conhecidas. Para ele, "as imagens românticas da infância se quebraram. É hora de preparar os professores para a infância real". (ARROYO, 2006, p. 4). Na busca de sentidos, currículos e repertório educacional que alcance a criança real, o autor sugere que enquanto sujeito de direitos, os educandos devem conhecer a história de negação dos direitos humanos no Brasil. Desconstruir tal negação implica na elaboração de estratégias educacionais focadas nas questões de gênero, relações étnico-raciais e outros temas que, juntos, contribuam para efetivação de educação em direitos humanos. A questão enunciada por Miguel Arroyo ganha ainda mais relevância quando considerado o passado e presente de uma sociedade historicamente marcada pela violência política, em particular contra movimentos sociais reivindicatórios. Neste caso, as atuais cenas de repressão policial contra estudantes e trabalhadores povoam o cotidiano de indivíduos

de todas as idades, sem nenhum critério de transmissão pelos meios de comunicação que não seja o sensacionalismo na obstinada busca por audiência.

O resultado é a criminalização de ativistas e de suas atividades políticas em um movimento que reproduz e atualiza antigos fantasmas produzidos durante períodos autoritários por órgãos de repressão e de controle de informação com o intuito de debelar oposições. É a figura do inimigo interno que sobressai. A mesma figura de outrora revestida pelos caracteres da subversão, do terrorismo, do vândalo, do perigo vermelho e de outros tantos simulacros que em diferentes épocas justificaram e ainda hoje justificam o terror de Estado.

Estas imagens povoam o cotidiano e participam da formação da criança de diferentes maneiras assumindo por vezes formas bastante sistematizadas de produção e circulação. Certamente, a publicação do livro de História em Quadrinho "Telhada" (TELHADA, 2014) é um caso exemplar. Inspirado nos personagens do filme *Tropa de Elite*, a revista "Coronel Telhada – em quadrinhos" narra a biografia de um oficial das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA) da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Na trajetória de vida do policial opera-se verdadeira apologia à violência, cujos episódios acentuam graves violações aos direitos humanos e às regras democráticas. As marcas dos procedimentos repressivos herdados da ditadura militar são notáveis. Claro que são as representações da violência que estão em disputa e, neste caso, a tentativa de positivizar práticas que não apenas menosprezam o funcionamento do Estado Democrático de Direito, como banaliza o uso da violência. Muito embora a capa da história em quadrinho exiba em sua capa a adequação para o público leitor acima de 16 anos, é sobre o público infanto-juvenil que ele exerce o maior poder de atração procurando projetar sobre ele a percepção a-histórica dos problemas sociais. Nela a sociedade é cindida de forma maniqueísta; à população periférica, formada majoritariamente por pobres e negros, está reservado o papel de bandido. Nesta forma de representar a realidade está embutida a própria negação do direito à memória às crianças.

Trata-se, portanto, da produção e circulação de uma narrativa que opera em sentido contrário aos argumentos de Miguel Arroyo, bem como em oposição aos esforços de movimentos, associações e governos constituídos em matéria de educação em direitos humanos. Neste caso, dentre estas estratégias destaca-se o tema da memória e história do passado recente em países que sofreram graves violações de direitos humanos, pelo terror de estado e outras variáveis de violência política praticadas no período ditatorial.

E é justamente no campo das histórias de ditaduras e lutas de resistências contadas para crianças que a questão assume dimensão ainda mais importante. Trata-se, pois, do processo de produção e circulação do conhecimento histórico sobre violência política cujos leitores são sujeitos em formação. Nesse sentido, enunciados de alguns historiadores ajudam-nos a melhor formular o problema, bem como construir chaves interpretativas válidas.

"Papai, então me explica, para que serve a história? Assim um garto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai his-

torizador. Sobre o livro que se vai ler, gostaria de poder dizer que é minha resposta.” (BLOCH, 1941)

“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida.” (FERRO, 1983, p. 11)

“Gabrielle, que mora em Pisa, na Itália, concordou em dedicar algumas horas, durante suas férias na França, para examinar comigo, seu avô, essa Revolução Francesa que eu ensinei durante quarenta anos. Se formos bem sucedidos, será uma forma de nos conhecermos melhor.” (VOVELLE, 2006, p. 5)

Os textos de onde foram extraídas estas epígrafes são conhecidos. Cada um ao seu modo, seu tempo e em suas concepções revelam a preocupação de três importantes historiadores com a circulação do conhecimento histórico. No prefácio à *Apologia da História*, Jacques Le Goff afirmou que ao escolher a interrogação de um filho como premissa para os seus estudos, Marc Bloch evidenciou que, para além de um problema epistemológico, intelectual e científico a questão da legitimidade histórica é um problema de cidadania: “essa confiança não apenas nos mostra um homem tanto pai de família como servo de sua obra, como nos introduz ao cerne de uma de suas convicções: a obrigação de o historiador difundir e explicar os seus trabalhos.” (In: BLOCH, 2001, p. 17).

As assertivas de Marc Ferro sobre as *Manipulações da história* no ensino e nos meios de comunicação também são conhecidas. Elas desnudam as representações que uniformizam povos, nações e etnias em um movimento que não apenas associa a história contada às crianças como segmento de projetos de dominação política, como também convida o leitor a estudar a história ensinada às crianças como um segmento da historiografia. Deixa-nos, porém, um alerta: “como uma condição que não nos limitemos ao exame dos livros didáticos ou das histórias em quadrinhos, e nem à atual formulação da ciência histórica, a História que se conta às crianças e aos adultos permite conhecer ao mesmo tempo a identidade e a situação de fato de uma sociedade através do tempo”. (FERRO, p. 12).

Já o itinerário percorrido por Michel Vovelle é delineado por um roteiro de perguntas e repostas dialogadas com sua neta sobre a revolução francesa, que o faz na qualidade de um movimento de retomada aos compromissos públicos do historiador de que nos falava Bloch. Neste percurso, sobressai um processo de rememoração onde se entrecruzam fragmentos da vida profissional e a responsabilidade pública com as futuras gerações:

“À Gabrielle, minha neta, cúmplice destas conversas; àqueles que ainda vão crescer, Marie, Camile, Matthieu, Guillaume, e a todos outros ...
Guardo carinhosamente a medalha deixada por meu pai, Gaétan Vovelle, professor primário (1899-1969), a qual traz a seguinte inscrição: ‘Todas as crianças do mundo são nossos filhos’”. (VOVELLE, 2007, p. 6)

Escrevendo em lugares e contextos diferentes – segunda guerra mundial, guerras de libertação nacional asiáticas e africanas, pós queda do muro de Berlim e avanço do neoliberalismo – os autores citados elegeram a difusão do conhecimento histórico para crianças como ponto de partida de suas preocupações, cujas reflexões sugerem algumas análises. Primeiramente, contar histórias entre crianças deveria ser objeto de reflexão de todos os historiadores, estejam eles ocupados em atividades acadêmicas ou em algum ponto do circuito formado pelos vários níveis e formas assumidas pelo ensino de história. O alto nível de especialização que há décadas norteia a produção acadêmica resultou em uma perigosa separação entre história, enquanto ciência de referência, e ensino de história levando às equivocadas leituras que vêm neste último um mero processo de transposição didática. Nesse sentido, as formulações de Bloch, Ferro e Vovelle são alentadoras, pois operam como um lembrete sobre a importância do ato de ensinar história a todos aqueles que optaram por fazer da história o ofício de suas vidas.

A questão ganha ainda mais importância se considerarmos que desde a segunda guerra mundial a experiência humana é marcada pelo ‘empenhamento do homem moderno na história’, na qual a politização da vida privada desmanchou as fronteiras que a separam da vida pública, conforme analisou Philippe Ariés (1992).

Mas o que significa aprender história após a segunda guerra? Ou melhor, para fazer uma analogia à clássica expressão formulada por Ariés, como as crianças descobrem a história?

Certamente, o advento da politização da vida social tem se revelado como um novo desafio aos historiadores ocupados com o ensino. A questão alcança contornos mais nítidos em sociedades que apresentam experiências de ditaduras e graves violações dos direitos humanos em seu passado recente. Nestes países, a história contada às crianças reveste-se do compromisso público da história, dos historiadores e dos respectivos sistemas educacionais em fazer da história um importante componente no combate à intolerância e na construção de sociedades democráticas.

As reflexões sobre como transformar traumáticas experiências históricas em conteúdo escolar têm circulado mundo afora por diferentes projetos e programas educacionais, bem como por múltiplos objetos culturais e gêneros textuais. A começar por um dos acontecimentos mais singulares da história contemporânea, o holocausto. Com efeito, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) designou a data 27 de janeiro como “Dia Internacional de Comemoração Anual em Memória das Vítimas do Holocausto”, criou também o programa de divulgação intitulado “O Holocausto e as Nações Unidas”, pelo qual os países-membros da organização foram estimulados a rememorar o holocausto e adotar “medidas para mobilizar a la sociedad civil en pro de la recordación del Holocausto y la educación al respecto, con el fin de ayudar a prevenir actos de genocidio en el futuro.”²

2 Disponível em: <<http://www.un.org/es/holocaustremembrance/res607.shtml>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

Mais recentemente o tema voltou à baila com ampla divulgação na imprensa. Seja pela preocupante constatação com os elevados índices de desinformação sobre o holocausto por parte dos jovens cidadãos da Alemanha unificada, seja pelo desafio de apresentar este terrível assunto histórico a crianças, educadores e historiadores encontraram nas histórias em quadrinhos a estratégia para a difusão do conhecimento e construção da memória sobre a tragédia. São os casos dos livros *Die Suche* (A busca), produzido pelo Centro Anne Frank de Amsterdã (2005) no qual as lembranças sobre o passado nazista têm por fio condutor o diálogo entre avó e neta³. Cite-se também o livro infantil alemão *Die Strasse* (A Rua) escrito por Christina Holtei e com ilustrações de Gerda Raidt (2011)⁴. O impresso foi destinado para um público com faixa etária de cinco anos e conta a história dos últimos cem anos de uma rua da Alemanha. Com efeito, Hitler, juventude nazista e Terceiro Reich fazem parte desta história.

No sinuoso percurso dos desafios de se contar história de autoritarismos para crianças, destacam-se os textos produzidos em torno do colapso do período Salazarista em Portugal e, por conseguinte, da opressão mantida em relação às colônias da África (FIGUEIREDO, 2006). Inscreve-se nesse panorama o livro *Aventuras de Ngunga*, (PEPETELA, 1981). Produzido em 1973 no interior dos campos de batalhas onde os guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) lutavam contra Portugal, o livro narra a vida do menino Ngunga, de 12 anos, e sua inserção na guerrilha. Além de cumprir uma função didático-pedagógica compôs um repertório mais amplo de textos engajados na luta do povo angolano pela libertação nacional sendo adotado nas escolas daquele país (CAETANO, 2006; LAURITI, 2008).

Maneira mais sistemática e ampla de estender a reflexão sobre o significado do período salazarista às crianças foi formulada pela Associação 25 de Abril e no âmbito do “Centro de Documentação 25 de Abril” da Universidade de Coimbra, em Portugal, que abarca o projeto “O 25 de abril para os mais novos”. Como o próprio título indica, o objetivo é apresentar o fim da ditadura salazarista às crianças através de um conjunto de obras literárias infanto-juvenis. Algumas foram produzidas por importantes nomes da literatura lusitana, como é o caso do título *O Tesouro*, de Manuel António Pina inserido no Plano Nacional de Leitura de Portugal disponível inclusive em versão digital⁵.

Nas décadas de 1960 e 1970, as ditaduras militares instaladas em países latino-americanos praticaram exaustivamente o terror de estado e violaram sistematicamente os direitos humanos, cujas marcas ainda hoje estão inscritas nessas sociedades. Estes fatos reverberaram nos respectivos sistemas de ensino de diversas formas, principalmente como conteúdo de disciplinas escolares. No caso do ensino de história, porém, muitas vezes a história do passado recente foi incorporada como temática da história nacio-

3 Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/centro-anne-frank-lan%C3%A7a-holocausto-em-quadrinhos-na-alemanha/a-3109749>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

4 Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/livro-alemao-relata-passado-nazista-a-criancas>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

5 Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=tesourobd>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

nal, em um movimento pedagógico de entrelaçamento que a transformou quase em uma espécie de história oficial, em que os episódios concernentes a ditadura fixados nos currículos escolares produziram homogeneidades sociais por meio das estruturas do passado (DUSSEL, In: CARRETERO, 2007, p. 213). Por isso, em direção contrária, surgem na América Latina propostas educacionais que assinalam o trinômio 'memória, justiça e verdade' no centro da reflexão histórica (GUELERMAN, 2001). Na base desta postura está o princípio de que "cuando lo que esta em juego es la diferencia entre la vida e la muerte, la justicia e la impunidad, no hay lugar para los merodeos" (PINEAU et al., 2006).

Neste caso, contar histórias de ditaduras e lutas de resistências para crianças assume os contornos de denúncia contra a violação dos direitos humanos praticado pelas ditaduras cujo cerne é a formação de cidadãos conscientes o suficiente não apenas para compreensão da história, mas capazes de repudiar todas as formas de violência de estado. A expressão 'Nunca ma!' assume neste caso a forma de transmissão de outro tipo de conhecimento, um conhecimento engajado pelo qual os fios da memória coletiva tornam-se mecanismos de justiça e verdade.

É certo que, desde a publicação, em 1985 na Argentina, do *Nunca Mas, Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, grupos que militam na defesa nos direitos humanos esforçam-se por transformar relatos sobre os traumas políticos em conteúdos escolares, formais ou não-formais. Neste caso, o livro *Haciendo memoria en El país de nunca más* (DUSSEL; FINOCCHIO; GOJMAN, 2012) significa ainda hoje um importante referencial.

Como exemplo de produção cultural conectada a esta inquietação podemos citar também *La Asombrosa Excursión de Zamba*⁶, série de animação produzida pelo canal Pakaka, rede de televisão oficial do governo argentino. Voltada para crianças de 5 a 12 anos, a série apresenta em um dos episódios a viagem fictícia do personagem principal, o garoto Zamba, pelo período da ditadura militar (1976-1986). Complexos temas da história argentina, como o da disseminação do terrorismo de estado, foram adequadamente abordados a partir de uma linguagem, desenhos e roteiro que cativam a imaginação e reflexão do público infantil. Passo ainda mais importante foi o da publicação, em 2013, do livro *Quien Soy? Identidad, nietos y reencuentro* (ANDRUETTO et al., 2013), uma proposta de se contar a história da ditadura militar na argentina através de relatos de filhos de mortos e desaparecidos políticos que consiste, pois, na preocupação tanto com a transmissão do conhecimento histórico, quanto com a luta por justiça. Neste caso, significa encontrar os cerca de 400 bebês nascidos entre 1975 e 1980 cruelmente arrancados da guarda de seus pais considerados subversivos.

O Brasil não esteve alheio a este processo de reflexão e transmissão do conhecimento sobre os horrores da ditadura, mas o fez nos limites das especificidades que lhes são peculiares. É possível situar o momento da assim chamada abertura política como o contexto inicial desta produção. Os debates sobre o ensino de história transcorridos

6 Disponível em: <<http://www.zamba.pakapaka.gob.ar/sitios/zamba/Capitulos/?anio=1976>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

no âmbito da Associação Nacional dos Professores de História (Anpuh) compuseram um quadro de testemunhos engajados que, na busca pela superação do modelo autoritário de ensino, estimularam novas ideias pedagógicas. A esses artigos somaram-se aos textos memorialísticos publicados a partir de 1978 por ex-presos políticos, militantes, etc. Tais relatos de experiências soaram como narrativas travando, implicitamente, uma batalha sobre a memória histórica.

Nesse sentido, no Brasil, as pesquisas em educação e história do período militar parecem acompanhar as predileções de outros campos de pesquisa conferindo insuficiente a produção de conhecimento em torno de sua história recente, precisamente como ela é transmitida às novas gerações. Uma das exceções são os trabalhos de Kazumi Munakata que, ao analisar a produção didática do período de redemocratização, lembrou que ali predominou “certa cultura, senão progressista ou esquerdista, ao menos democrática e a favor da abertura, pela participação e pela promoção da cidadania...” (MUNAKATA, 2001, p. 291.).

Abre-se então um horizonte analítico para se entender as contribuições dos impressos escolares e da literatura infanto-juvenil na formação da cultura política democrática. O primeiro passo consiste no reconhecimento do conceito de cultura política, a partir do qual a inserção do tema ditadura militar e lutas de resistências contadas para crianças pode ser analisado. Interessa-nos, então, a projeção das reflexões esboçadas em *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, no qual Ângela Castro Gomes por cultura política entende:

[...] um sistema de representações, “complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar” [...] Estudar uma cultura política, sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – seria igualmente entender como uma interpretação do passado (do presente e do futuro) foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais. (GOMES, 2003, p. 47-48)

A autora afirma a necessidade de pensar as várias culturas políticas que se enfrentam, complementam ou colidem em determinado contexto, mas que não impedem que uma delas sobressaia como hegemônica. No período de redemocratização e posterior, os impressos escolares e a literatura infanto-juvenil compuseram esse quadro de disputas. Em contextos como estes, assinalou André Chervel, “antigos manuais ainda circulam, mas lentamente alguns deles destacam-se do conjunto constituindo ponto de partida para o surgimento de uma nova vulgata” (CHERVEL, 1990, p. 204).

Este contexto brasileiro, pautado pelo fim do ato institucional número cinco (AI-5)⁷, marco do sistema repressivo, e pelas manifestações em defesa da democratização

7 Os atos institucionais foram instrumentos jurídicos concebidos no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional e acionados pela ditadura militar brasileira para legitimar o autoritarismo político vigente a partir de 1964, retirando

coincidiu com a intensificação das preocupações de pedagogos e pesquisadores da área de letras relacionadas à leitura na escola e aos usos da literatura no ensino (LAJOLO; ZIMERMANN, 2007). A contestação do poder por vias imaginárias, personagens e situações fictícias foi o tom de algumas das publicações destinadas ao público infantil de maior repercussão no Brasil⁸.

O Reizinho Mandão, da escritora Ruth Rocha, foi publicado em 1978 tendo posteriormente se transformado em uma série com outros três títulos – O rei que não sabia de nada (1980), O que os olhos não veem (1981) e Sapo vira rei vira sapo ou A volta do reizinho mandão (1982). Nestas histórias a relação de poder dominados/dominantes flui pelos mandos e desmandos personificados na figura do rei (RITCHE, 1985).

Por sua vez, Ana Maria Machado publicou *História meio ao contrário*, em 1977, texto no qual a contestação vai além da crítica aos poderes políticos assumindo também uma postura de questionamentos a determinadas práticas sociais, valores e costumes tradicionais enraizados na sociedade brasileira (SILVA, 2007). Já a primeira edição de *Era uma vez um tirano*, da mesma autora, é de 1982, e nele está embutida a questão da legitimidade do poder exercido de forma autoritária, cujas obrigações impostas pelo tirano eram óbvias alusões à forma de se impor e governar da ditadura militar. Cumpre dizer que o texto *Era uma vez um tirano* tem sido a base para a realização de oficinas oferecidas pelo Memorial da Resistência de São Paulo ao público infantil com idade entre 09 e 10 anos. O memorial está situado na antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social para onde foram levados e encarcerados muitos presos pela ditadura⁹.

Após a saída dos militares do poder político e mesmo nos dias de hoje, ex-guerrilheiros, ex-agentes da ditadura e ações de órgãos estatais se entrelaçam em outras duras batalhas que, por vezes, elegem a imprensa como campo de luta, por outras, fóruns judiciais, ou, ainda, manifestações públicas, trabalhos acadêmicos currículos e impressos escolares. Claro está que as marcas do regime militar permanecem. Seguem em fluxo temporal irregular, mas seguem latente na história política do país reverberando em objetos culturais da cultura letrada destinados às crianças e ao público infanto-juvenil.

Não faz muito tempo foi lançado o livro *Abaixo à ditadura* (2004), no qual o autor, Claudio Martins, valendo-se da palavra de ordem ecoada por todo o Brasil encadeou a história da ditadura contada por uma avó, que dentre as armas empunhadas por ela contra o autoritarismo encontrava-se a própria ditadura. Procura se aproximar dos pequenos leitores contando uma história terrível de maneira divertida e fictícia. Utilizando-se

do Poder Legislativo (Congresso Nacional) a competência para legitimar o governo. O golpe militar de 1964 foi instituído pelo AI-01, enquanto o AI-05, promulgado em 13/12/1968 e sem prazo fixo para sua vigência, suspendeu as garantias constitucionais dos indivíduos dando carta branca para atuação do sistema repressivo contra os opositores da ditadura. Cf.: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1985), p. 52-135.

8 Sobre a questão da literatura infanto-juvenil como forma de resistência ver também: MORAIS, 2011 e MARIANO, 2012.

9 Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=12&c=81&s=0>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

do mesmo gênero literário, o humor, José Arrabal e Reinaldo Seriacopi escreveram outro livro *Sherlocks on the rocks* nas diretas já (2010) em que a história das diretas já é contada em intersecção a uma fictícia investigação sobre contrabandos de pedras preciosas. Passagens e protagonistas da recente história política perpassam o enredo apresentando ao leitor os fatos que marcaram o desfecho do período ditatorial.

Do contexto pós-ditadura sobressaem outros dois títulos particularmente importantes em função dos laços que mantêm com protagonistas das lutas de resistência. A autoria de *Carapintada* (1994) é de Renato Tapajós, outrora reconhecido pela sua participação na luta armada e pelo livro *Em câmara lenta*, publicado em 1977, no qual Tapajós retratava em minúcias a prática da tortura no Brasil. Por esse motivo foi preso e torturado (MAUÉS, 2008). Nesse sentido o livro *Carapintada* é permeado por traços autobiográficos em que o autor, ao evidenciar o protagonismo do movimento estudantil brasileiro – que nos idos de 1992 culminou com o impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello – reconstitui o tempo do autoritarismo onde os canais de participação eram fechados restando, para muitos, a opção pela luta armada (COSTA, 2010). Não deixa de ser sugestiva a capa da primeira edição de *Carapintada*, que traz estampado o rosto do personagem principal dividido – metade com as cores verde-amarelo, símbolo do movimento Fora Collor do início da década de 1990, e a outra metade uma das mãos segurando um fuzil: dois contextos da história recente do Brasil, duas formas de participação juvenil na luta política costuradas pelos fios da memória do próprio autor.

Da necessidade de falar livremente sobre histórias e memórias do período militar, que por muito tempo foram proibidas ou propositadamente esquecidas pela história oficial surgiu o livro *Brasil: ditadura-militar. Um livro para os que nasceram bem depois*, de Joana D'Arc Fernandez Ferraz, Elaine de Almeida Bortone e Diane Helene (FERRAZ et al., 2012). O livro possui fortes vínculos com o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro sendo que duas militantes do GTMN/RJ assinam a obra, uma das autoras Joana D'Arc e Cecília Coimbra que escreve o prefácio. Fato este que possibilita inscrever o livro no repertório de atividades desencadeadas pelo GTNM na luta contra o silenciamento e esquecimento dos crimes cometidos pela ditadura e suas reverberações em todas as formas de violência nos dias de hoje. A estratégia discursiva escolhida foi a do gênero história em quadrinhos. Destaque-se o protagonismo das personagens femininas e a relevância assumida por uma personagem negra, dois grupos sociais sobre os quais historicamente recaem processos de exclusão, racismo e discriminação, além das perseguições típicas de qualquer ditadura.

Em 2014, os cinquenta anos de golpe militar no Brasil suscitou diversos eventos acadêmicos e políticos sobre os desdobramentos da ditadura na sociedade, memória de ex-presos políticos ou em homenagem a militantes mortos e desaparecidos. Nesta perspectiva, publicações em inúmeras formas também foram estimuladas. O Instituto Vladimir Herzog, por exemplo, publicou *Um menino chamado Vlado* (CAMARGOS, 2015), biografia de um dos mais notórios casos de assassinato político durante a ditadura. O texto escrito por Marcia Camargos elege por foco narrativo o diálogo entre filho e pai

sobre acontecimentos históricos pertinentes a ditadura: “Por que a TV e os jornais ficam falando no aniversário do Golpe? – perguntou Felipe assim que viu o pai entrar em casa. E antes que Mário pudesse dizer qualquer coisa, o filho continuou com uma bateria de perguntas...” (idem, p. 7). E assim começa a história de Vlado contada para crianças ao longo de cento e dez páginas.

Mesmo que produzidos e publicados de maneira fragmentada e dispersos, temática e temporalmente, estes livros são exemplos importantes das possibilidades e desafios para fazer com que o conhecimento sobre a ditadura militar chegue até os mais novos. Eles revelam ainda a ausência de um programa educacional sistêmico que, norteados pelo trinômio: memória, justiça e verdade, faça da educação em direitos humanos uma realidade no país nos termos como o realizado, por exemplo, pelo governo argentino, que em parceria com as Avós da Praça Maio instituiu a temática do terror de estado nos currículos escolares¹⁰.

O advento dos trabalhos e do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, bem como das diversas comissões da verdade instaladas em vários estados, municípios e instituições universitárias brasileiras proporcionaram a produção de inumeráveis depoimentos de vítimas da ditadura. Estes testemunhos correspondem a um novo patamar para o exercício da educação em direitos humanos direcionada ao público infanto-juvenil, pois permitem problematizar a história e memória da ditadura militar para além dos mecanismos que a recobrem apenas na qualidade de conteúdos específicos de disciplinas escolares. Apresentar ao pequeno leitor histórias de infâncias marcadas pelo trauma do terror político e violência praticada pela ditadura abre caminho para uma proposição mais profunda e formativa, pois extraem da memória, do testemunho e dos relatos de experiências vividas os mais importantes elementos para a constituição da memória coletiva.

Nesta linha de reflexão, cabe ressaltar o trabalho epistolar: *Quando eu voltei, tive uma surpresa*, conjunto de cartas que seu autor, Joel Rufino dos Santos, um ex-presos político, escreveu de dentro dos presídios e destinou ao seu filho, então uma criança com oito anos de idade. A experiência de ter uma infância delimitada pela prisão política do pai configura um ponto de referências para se pensar a infância historicamente, onde os registros da violência estão por todas as partes. Possibilita, pois, ressignificar a própria história da infância.

Nesta perspectiva insere-se também o livro *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* (ALESP, 2014)¹¹, resultado da audiência pública homônima, “Infância roubada”, realizada no Brasil pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Durante a audiência foram relatados os testemunhos de crianças e adolescentes filhos de perseguidos políticos e desaparecidos durante a ditadura mili-

10 MINISTERIO de la EDUCACIÓN de la NACIÓN. *Quien Soy Yo?* Buenos Aires: Ministerio de la Educación de la Nación, 2010. Disponível em: <<http://www.abuelas.org.ar/educacion/QuienSoy.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

11 São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: Alesp, 2014.

tar. O conjunto dos quarenta e quatro testemunhos que habitam o livro redimensiona a história da ditadura militar brasileira, pois deslocam as imagens congeladas do passado, permeadas de lugares comuns, para o nível mais sensível da percepção da experiência histórica, o eixo da memória que como tal permitem perceber o quanto da violência praticada pela ditadura ainda ocupam lugar na história do tempo presente e na vida das pessoas. É a história viva que, rememorada, redimensiona a experiência do que significou ser criança em tempos de ditadura e, com isso, instaura outro paradigma para se contar histórias de ditaduras e lutas de resistências para crianças.

Embora este trabalho não seja uma produção direcionada ao público infanto-juvenil, sua utilização em cursos de formação inicial e continuada de professores/as que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental cria importantes mecanismos de reflexão e possibilidades pedagógicas para construção da criança como sujeito de direitos e com amplo acesso à memória e à história recente do Brasil.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRUETTO, María Teresa et al. *Quién soy. Relatos sobre identidad, nietos y reencuentros*. Buenos Aires: Calibrosco, 2013.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992. p. 51-71.

ARROYO, Miguel. Entrevista. In: *Revista Criança*, MEC, Brasília, 2006, p. 3-7.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

TELHADA. *Coronel Telhada em quadrinhos*. São Paulo: K9, 2014.

CAETANO, Marcelo José. A pedagogia da esperança em: *As aventuras de Ngunga*. Scripta, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 43-53, 2º sem. 2006

CAMARGOS, Marcia. *Um menino chamado Vlado*. São Paulo: Instituto Herzog. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um tema de pesquisa*. Teoria & Educação, v. 2, Porto Alegre, 1990.

COSTA, Carlos Augusto. *Ética da memória, violência e resistência em Carapintada*, de Renato Tapajós. Voos, Cadernos de letras – estudos literários, v. 2. Ed. 1 (jul. 2010)

DUSSEL, Inés; FINOCCHIO, Silvia; GOJMAN, Silvia. *Haciendo memoria em el país de nunca más*. 2ª ed. Buenos Aires, Eudeba, 2012.

DUSSEL, Inés; PEREYRA, Ana. Notas sobre a transmissão escolar do passado recente na Argentina. In: CARRETERO et al. *Ensino de história e memória coletiva*. Porto Alegre: Art-med, 2007, p. 213.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandez; BORTONE, Elaine de Almeida. *Brasil: ditadura-militar. Um livro para os que nasceram bem depois*. Rio de Janeiro: Hama, 2012.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FIGUEIREDO, Maria Augusta da Fonseca Pires. *25 de Abril na literatura para crianças*. Dissertação, Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

GOMES, A. C. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GUELERMAN, Sérgio L. *Memorias en presente: identidad y transmisión en a Argentina pos-genocidio*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 120-161.

LAURITI, Tiago. *As aventuras de Ngunga, de Pepetela: muito além da cartilha*. Via Atlântica, n. 14, p. 211-216, dez/ 2008.

MACHADO, Ana Maria. *Era uma vez um tirano*. 5. ed. Salamandra, 1985.

MARIANO, Juliana Camargo. *A literatura infantil e o autoritarismo no século XX: um estudo comparativo entre Ruth Rocha e José Carlos Pires*. Dissertação FFLCH USP, 2012.

MARTINS, Cláudio. *Abaixo a ditadura*. São Paulo: Paulus, 2004.

MAUÉS, Eloísa Aragão. *Em câmara lenta, de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e da narrativa literária*. Dissertação de Mestrado, USP São Paulo, USP, 2008.

MORAIS, Josenildo Oliveira de. *A literatura infantil como instrumento de denúncia da ditadura militar*. UEPB, Dissertação, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que a ditadura militar acabou. In: FREITAS, Marcos (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PINEAU, Pablo et al. *El principio del fin*. Políticas y memórias de la educación em la última ditadura militar (1976-1983). Buenos Aires: Colihue, 2006.

PEPETELA. *As Aventuras de Ngunga*. São Paulo: Ática, 1981.

ROCHA, Ruth. *O Reizinho mandão*. São Paulo: Quinteto Editorial, 1997

RICHE, Rosa Maria Cuba. A história de reis e o questionamento ideológico de Ruth Rocha. *Florianópolis*, 1(4), 113-118. Jan/dez, 1985.

SANTOS, Joel Rufino. *Quando voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: Alesp, 2014.

SILVA, Paulo Alex Souza Melo da. Um olhar sobre História meio ao contrário. *Língua e literatura*. 10, p. 129-142, jul. 2007.

TAPAJÓS, Renato. *Carapintada*. São Paulo: Ática, 1994.

THELM, Neide; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. In: *Revista de História Comparada*. v. 11, n. 2, jun, p. 1-23, 2007.

VOVELLE, Michel. *A revolução francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Unesp, 2007.

Recebido em: 21/01/2016.

Aprovado em: 09/05/2016.